

**HISTÓRIA DE PESCADORES E PESCADORAS DA PEDRA NEGRA: UMA  
PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL APLICADA NO ENSINO DE  
HISTÓRIA**

LUCENA, Josirene Souza I.

Mestre em Ensino de História – PROHISTORIA/UFPE

josirenelu@gmail.com

MEDEIROS, Ricardo Pinto de.

Doutor em História-UFPE

ricardopintomedeiros@gmail.com

**Resumo**

Este trabalho tem como temática a cultura da pesca em Itapissuma e como ela pode ser apropriada de maneira positiva pela população, inclusive a escolar, através da educação Patrimonial. A finalidade é apresentar uma experiência pedagógica promovida a partir da articulação entre ensino de história, educação patrimonial e a metodologia da história oral. O projeto foi realizado com alunos do 9º ano do ensino fundamental, na escola pública municipal João Bento de Paiva, em Itapissuma-Pe. O objetivo geral foi problematizar e evidenciar a cultura da pesca como patrimônio cultural. Os conceitos de memória coletiva e de identidade coletiva serviram como base para nosso trabalho. Essa experiência possibilitou aos alunos realizar uma atividade pedagógica em outros espaços de memória, ter contato com uma técnica de produção de fontes históricas e com pessoas da comunidade, ampliando, dessa forma, a percepção sobre a escrita da história e o patrimônio cultural. A partir dos resultados das entrevistas, produzimos uma cartilha que objetivamos ser utilizada como um material de divulgação sobre a cultura da pesca em Itapissuma.

**Palavras chaves:** Ensino de História. Patrimônio cultural. Pesca.

Nosso trabalho visa valorizar a cultura da pesca como um dos maiores patrimônios culturais da cidade de Itapissuma, registrando e divulgando as histórias de

pescadores, suas vivências, seus saberes e fazeres. Para tanto, articulamos a metodologia da história oral (ALBERTI, 2004) através da realização de entrevistas semiestruturadas, com a da Educação Patrimonial, (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999). Acreditamos que esse tema possui relevância tanto no aspecto social, quanto historiográfico e pedagógico, pois trata do registro de uma memória social, entendendo o canal de Santa Cruz como um lugar de apoio da memória (POLLAK, 1992).

Nosso objetivo geral foi problematizar e evidenciar a relevância da cultura da pesca como elemento histórico-cultural a ser reconhecido, valorizado, registrado, divulgado e patrimonializado, contribuindo assim para o registro da história e da cultura local e para a abordagem do tema patrimônio cultural no ensino de História.

Um aspecto que consideramos essencial no trabalho com relatos de memórias, como uma forma de se conhecer o passado, foi indicado por Bosi (2003). A autora chegou à importante constatação de que o sujeito mnemônico, mais do que lembrar, evoca, e enquanto evoca, revive com uma intensidade nova suas experiências; a rememoração é também intuição de um presente desvendado que faz o sujeito psiquicamente e até somaticamente rejuvenescido. Concluímos então que ouvir relatos orais, buscar no baú das memórias, fazer sujeitos visitarem seu passado e escolherem o que trazer à tona para presentear seu interlocutor, representam um exercício de valorização do ser, sendo uma contribuição para afirmação de identidades individuais e coletivas, fortalecendo vínculos de pertencimento e enraizamento.

O papel da memória na construção do conhecimento histórico, bem como da consolidação de identidades é de extrema relevância como bem definiu Pollak:

...a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p. 204)

Para Bosi (2003), é do vínculo com o passado que se extrai a força para a formação da identidade. E trabalhar com memória é trabalhar com o tempo vivido, contado pela cultura e pelo indivíduo. Ela considera ainda que o tempo social chega a

superar o individual, pois a percepção coletiva abrange de tal forma o pessoal, que tira sua substância e estereotipa o sujeito. Para a autora, o conjunto das lembranças também é uma construção social do grupo em que a pessoa vive, coexistindo elementos escolhidos e rejeitados no ato de lembrar.

As interações sociais criam laços de pertencimento tanto a um grupo como ao lugar onde as práticas são produzidas e reproduzidas. Nesse espaço, os indivíduos compartilham conhecimentos e experiências que os identificam como uma coletividade. Nessa perspectiva temos a compreensão do pescador como:

Pescador é aquele que conhece os caminhos e segredos do mar e do estuário e isso produz um sentimento de pertença a um grupo e, conseqüentemente, a um território. O ordenamento e uso dos espaços naturais aquáticos são resultado da experiência e conhecimento de vida. (Ramalho, 2002, p. 37)

Para a compreensão do processo de construção das estratégias de reprodução social dos pescadores artesanais, cuja interação com o ambiente marinho estabelece uma organização social bastante peculiar, destacamos a seguinte afirmação:

De fato, ser pescador artesanal é tornar-se portador de um conhecimento e de um patrimônio sociocultural, que o permite conduzir-se, ao saber o que vai fazer nos caminhos e segredos das águas, amparando seus atos em uma complexa cadeia de inter-relações ambientais típicas dos recursos naturais aquáticos. (Ramalho, 2002, p. 32)

Consideramos que as narrativas dos pescadores, assim como seus saberes e fazeres, também fazem parte do patrimônio cultural. Concordamos com Figueiredo (2005), quando ela afirma que os contadores de história desempenham um papel tradicional de guardiões das memórias coletivas. Acreditando nisso foi que buscamos conhecer algumas histórias de pescadores/as de Itapissuma, sobre eventos ocorridos durante sua vida na maré, relatos de suas dinâmicas cotidianas tecidas por saberes, fazeres e vivências no canal de Santa Cruz.

Em Itapissuma (do tupi pedra negra), reconhecemos o canal de Santa Cruz como um lugar de memória. Lugar que “matou a fome” de muita gente, ajudou a criar inúmeras crianças, ensinou que é preciso temer/respeitar a natureza; lugar que assustou e salvou tanta gente, que para muitos é considerado como uma mãe.

Ramalho (2002; 2007) destaca que, desde a colonização, nativos e mestiços passaram a ocupar áreas que não interessavam para o cultivo da lavoura de cana de açúcar, formando pequenas aldeias e dando uma ocupação socioeconômica ao litoral. Nessas pequenas comunidades, a população vivia com certa “autonomia social”, enquanto dependia dos ciclos naturais e do conhecimento profundo sobre a natureza, relação que envolvia simbolismos e até mesmo uma linguagem específica. Observando as condições socioeconômicas atuais, numa época de constantes crises econômicas e altos índices de desemprego, o canal de Santa Cruz continua sendo a principal alternativa de renda para uma parcela considerável da população local e de outras localidades. Em Itapissuma, a atividade da pesca artesanal corresponde à principal fonte de renda de 70% da população local (PIRES; ALBUQUERQUE; JUSTE, 2015, p. 121).

Localizado no litoral norte pernambucano, o canal de Santa Cruz é um braço de maré, um ambiente estuarino. O estuário é um corpo de água costeiro, semifechado, conectado com o mar aberto, onde ocorre a mistura da água salgada do mar com a água doce dos rios que nele desembocam. O canal de Santa Cruz divide a área continental de Pernambuco da Ilha de Itamaracá (do tupi pedra que canta). Fica a 54 km de Recife, capital do estado, com 5,3 mil hectares de área estuarina e manguezais. Na área continental, abrange os municípios de Igarassu, Itapissuma e Goiana e tem 22 km de extensão. Nele desembocam os rios Igarassu, Congo, Carrapicho, Botafogo, Catuama, e o Paripe, este último localizado na Ilha de Itamaracá (QUINAMO, 2006). Costuma-se denominar o canal, de “maré”. Maré seria o termo utilizado para designar todo o ambiente do manguezal, submetido ao fluxo das marés, ou seja, mudanças do nível das águas do mar (maré cheia, maré baixa, vazante, maré morta).

Itapissuma foi gradativamente de aldeia a povoado, depois vila (fundada em 1588 por padres franciscanos), distrito (lei municipal nº 11, de 31 de novembro de 1892) até ser elevada a município (lei estadual nº 8952, de 14- de maio de 1982). Com uma área de 74,235 km<sup>2</sup>, o município é constituído pelo distrito sede e pelo povoado de Botafogo.

Segundo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - de 2010, a população itapissumense era de 23.769 habitantes, sendo 12.007 homens e 11.762 mulheres, divididos entre uma população urbana de 18.320 (77,08%) e rural de

5.449 (22,92%). O Índice de desenvolvimento Humano - IDH é de 0,633 (nível médio) e a densidade demográfica de 320,19 hab/km<sup>2</sup>. Para 2017 a estimativa do IBGE era de uma população de 26.338 habitantes.<sup>1</sup>

Sobre a organização de classe dos pescadores e pescadoras artesanais, esclarecemos que estes se organizam institucionalmente por meio das colônias de pescadores, ligadas às Federações Estaduais e essas congregadas na Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores. Essas instâncias são reconhecidas como órgãos de classe de trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal. Outra forma regular de organização de classe dos pescadores/as, de atuação mais recente, são as associações.

Segundo dados do Ministério da Pesca, 99,16% dos pescadores cadastrados no Ministério da Pesca, até 2012, são artesanais e responsáveis por 50% de toda a produção pesqueira do país, sendo 47,02% da região Nordeste. Pernambuco ocupa a 15º posição na produção nacional, contando com 13.128 pescadores profissionais registrados. Vale salientar que esse quantitativo não reflete a realidade, pois ainda há muitos pescadores que não possuem nenhum tipo de registro de pesca (CASTRO; et. al. [2015]).

O governo do estado de Pernambuco, através do decreto 32.488 de 17 de outubro de 2008, declarou como Área de Proteção Ambiental - APA - a região que compreende os municípios de Itamaracá, Itapissuma e parte de Goiana, totalizando uma área de 38.692,32ha. Com essa ação, o estado reconhece o ecossistema do complexo estuarino do canal de Santa Cruz como um dos mais importantes do litoral pernambucano, com grande significado ambiental e socioeconômico, bem como reconhece a necessidade de ações governamentais de preservação desse patrimônio natural, histórico e cultural, levando em conta também a relevância social e cultural das comunidades. Dentre os objetivos a serem alcançados com o estabelecimento da APA estão: promover o desenvolvimento sustentável, proteger a diversidade biológica e os recursos pesqueiros, preservar a cultura local e os hábitos das comunidades, melhorar a qualidade de vida da população da região, entre outros. A coordenação da gestão da APA é realizada pela Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH.

---

<sup>1</sup> IBGE- Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/itapissuma>. Acesso em 27 de fevereiro de 2017.

O nosso interesse em desenvolver um trabalho de pesquisa sobre a cultura da pesca, em Itapissuma, nos levou ao ponto de encontro entre a educação patrimonial e o ensino de História, cujo caminho escolhido foi articular a metodologia da educação patrimonial e da história oral. O intuito foi desenvolver um trabalho que contribuísse para o registro e a divulgação de informações sobre a cultura e a história do município. Na concretização dessa proposta, vimos que ao mobilizar nossos alunos a participar desse trabalho e ao promover o encontro deles com membros da comunidade, que trazem o conhecimento prático sobre a pesca, realizamos um trabalho que dialoga com as propostas e expectativas educacionais estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) que no seu artigo 13º, inciso VI, incumbe os docentes de colaborar na criação de estratégias de articulação entre escola, família e comunidade.

A cultura da pesca artesanal é um patrimônio cultural imaterial. Compreendemos o que vem a ser patrimônio cultural a partir do que está estabelecido na Constituição Federal Brasileira de 1988, no seu artigo nº 216, que determina como patrimônio cultural os bens materiais e imateriais que referenciam a identidade, ação e memória de diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, incluindo no seu inciso II os modos de criar, fazer e viver (CF, 1988).

No documento “Recomendações sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular” da UNESCO de 1989, a cultura tradicional e popular é reconhecida como parte integrante do patrimônio cultural e da cultura viva.

Pelo Decreto nº 3551 de 04 de agosto de 2000, foi instituído o registro de bens culturais de natureza imaterial constituintes do patrimônio cultural brasileiro, mecanismo institucional de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural que até então só contava com o tombamento dos bens culturais de natureza material.

O Brasil é um país de dimensões continentais com um extenso litoral, que vai do extremo norte ao extremo sul do país. Além disso, tem uma infinidade de rios e bacias hidrográficas. Por isso a prática da pesca artesanal no Brasil existe e persiste desde o período pré-colonial, sendo uma prática regular e predominante quando comparada à pesca industrial. Deveria ser reconhecida, portanto, como um elemento da

memória e da cultura nacional. E por que não foi até então institucionalmente considerada patrimônio cultural? Essa é uma das inúmeras questões indicativas de que há uma necessidade urgente de realização de políticas públicas que tenham como finalidade o fortalecimento da relação entre sociedade e seus bens culturais, buscando, dessa forma, dar maior evidência aos valores que justificam o reconhecimento, proteção e preservação desses bens.

Fonseca (2009) chama a atenção para a necessidade de uma abertura maior para a sociedade participar do processo de construção e apropriação do patrimônio cultural. Em Itapissuma, vemos que a pesca, além de ser um das atividades econômicas principais, exercida pelos moradores, está longe de ser esquecida ou abandonada pelas novas gerações. Sobretudo em tempos tão difíceis, nos quais o desemprego obriga a população a buscar alternativas de geração de renda a partir do que o meio natural e cultural oferece como recurso.

Mais uma ampliação da percepção de patrimônio cultural no Brasil foi a publicação da portaria nº127 do IPHAN, que em 30 de abril de 2009, estabeleceu a chancela da paisagem cultural brasileira. No seu artigo 1º, a portaria define paisagem cultural como uma porção peculiar do território nacional representativo do processo de interação do homem com o meio natural, cuja vida e ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores. A chancela tem como finalidade complementar e integrar os instrumentos de promoção e preservação já existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal. Considerando o caráter dinâmico da cultura e ação humana sobre as porções territoriais brasileiras, ela visa à promoção do desenvolvimento sustentável, sendo necessária para sua eficácia a ação conjunta e pactuada. Configura-se, então, uma gestão compartilhada entre os diversos agentes envolvidos: poder público, sociedade civil e iniciativa privada. Vale aqui ressaltar que o conceito de paisagem cultural como categoria específica do patrimônio cultural já havia sido instituída pela UNESCO desde 1992.

Importante compreendermos que a ideia de paisagem cultural também nos leva a considerar aspectos da chamada história ambiental, produzida pelos historiadores engajados nos movimentos ambientalistas. Estes, para o desenvolvimento de suas

pesquisas, buscaram aproximação com a biologia, a botânica e a geografia. Ciências de maior tradição nos estudos de caráter ambiental, tendo os historiadores dessa corrente como objetivo comum a investigação da relação dos seres humanos com o meio ambiente, ou seja, o lugar e o papel da natureza na vida dos humanos e os impactos produzidos a partir dessa relação. Bittencourt (2009) ressalta que:

Os diversos temas da história ambiental na atualidade têm aproximado o meio ambiente à história cultural, às imagens construídas pelos homens sobre a natureza e ao modo de esta se incorporar à memória individual e coletiva (BITTENCOURT, 2009, p.263)

Acreditamos que a nossa proposta se aproxima dessa perspectiva, pois a força das questões ambientais é inegável. Não realizamos uma atividade com a intenção de trabalhar especificamente com história ambiental. Nossa abordagem é sociocultural. Mas como falar da cultura da pesca sem dialogar com o ambiente natural do canal de Santa Cruz e com as questões que emergem dessa relação direta e intensa com a natureza? Portanto, não podemos deixar de assumir esse papel de luta pela preservação dos recursos naturais, algo primordial para a permanência cultural da pesca artesanal e garantia do sustento das populações que dela dependem. É uma questão de direito e militância por uma causa social e ambiental que vale apenas lutar para o bem de toda a humanidade. Bittencourt (2009) observou que, no Brasil, as práticas educacionais sobre meio ambiente no ensino de História ainda são inexistentes, escassas ou pouco divulgadas. Além das dificuldades existentes, salienta que há também certa resistência dos professores da disciplina em conceber as problemáticas ambientais como conteúdos a serem abordados no seu ensino; talvez por os considerarem como assuntos inerentes às disciplinas de geografia e biologia.

A educação patrimonial ainda se apresenta como um desses caminhos de luta pela preservação dos bens culturais e naturais, entendendo que os bens culturais são produtos da relação entre humano/natureza. Como educação patrimonial podemos considerar toda atividade na qual se pretenda promover o acesso, divulgação, identificação, reconhecimento e preservação de bens culturais, sejam estes materiais ou imateriais, reconhecidos institucionalmente, por meio de tombamento, registro ou chancela, ou não, mas que por sua expressividade e importância para determinado grupo

social devam ser defendidos e valorizados como tal. Bittencourt (2009) coloca que atualmente no Brasil a educação patrimonial já aparece nos planejamentos escolares. Especialmente os professores de História são provocados a desenvolver atividades que ampliem o conhecimento sobre as relações que a sociedade estabelece com o passado, no que se refere ao que preservar e por que preservar.

Educação patrimonial, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN no seu Guia Básico de Educação Patrimonial, é um processo permanente e sistemático que promove o contato direto com o patrimônio cultural, visando levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de suas heranças culturais, colaborando no reforço da autoestima de indivíduos e comunidades.

Para Salvadori (2014), todo o estudo da questão do patrimônio histórico-cultural deve buscar estabelecer relações entre este e os conceitos de memória, identidade e cidadania, uma vez que a luta pela permanência de um bem cultural se dá objetivando trazer à tona as relações humanas através desses bens estabelecidas. A autora defende que a garantia de acesso ao passado é um direito fundamental para reconhecimento do território social ao qual o indivíduo faz parte e mesmo para a busca de outras explicações e sentidos. Salvadori (2014) acredita, ainda, que a educação patrimonial apresenta-se como uma proposta inovadora e necessária, enquanto parte de um processo de resgate do passado social. Significando, também, uma busca por fazer as pessoas perceberem a importância do mesmo na formação da identidade individual e coletiva e na construção da realidade na qual estão inseridas. Nesse sentido, a escola representa uma instituição que tem uma responsabilidade imensa na promoção de práticas no campo da educação patrimonial.

Nosso trabalho com educação patrimonial também se caracteriza por ser um trabalho com a história local, já que as histórias de vida dos pescadores se confundem com a do município de Itapissuma, complementando-a. Segundo Bosi (1994), cada geração tem de sua cidade a memória de acontecimentos que permanecem como pontos de demarcação em sua história. O cenário das histórias dos pescadores e pescadoras é sempre o canal de Santa Cruz, cuja relação dinâmica entre sujeito e espaço geográfico

nos levou a desenvolver um trabalho que integra o patrimônio cultural imaterial (saberes, fazeres e vivências) com a paisagem cultural, produto da relação intrínseca entre natural, material e imaterial.

Nossa proposta é o resultado da articulação da metodologia da história oral (ALBERTI, 2004), com a da Educação Patrimonial, (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999) e está de acordo com o que Souza e Soares defendem:

A união das metodologias de História Oral e Educação Patrimonial possibilita uma maior compreensão no que concerne a apropriação dos patrimônios pela comunidade, permitindo assim que se desfaça o equívoco onde só são considerados patrimônios aqueles que saltam aos olhos, como: o patrimônio edificado e as grandes festividades (SOUZA; SOARES, 2007, p. 4).

Uma proposta bastante desafiadora nos foi apresentada por Santhiago e Magalhães (2015) no *Livro História Oral na Sala de aula*. Essa proposta apresenta a história oral como uma possibilidade pedagógica, chamada de modelo pedagógico da história oral ativa. Sugere que a metodologia da história oral seja utilizada como uma ferramenta de ensino através da qual a autonomia dos alunos seja valorizada, proporcionando um aprendizado ativo, participativo e colaborativo.

Seguindo a metodologia proposta pelo IPHAN, no Guia Básico de Educação Patrimonial, sistematizamos nosso projeto conforme as quatro etapas abaixo descritas.

Primeira etapa – observação: sequência didática realizada nas aulas de História para preparar os alunos para realização das entrevistas.

Segunda etapa – registro: trabalho de campo, ou seja, a realização das entrevistas.

Terceira etapa – exploração: transcrição das entrevistas, análise e escolha dos trechos que irão compor a cartilha.

Quarta etapa – apropriação: produção e divulgação de uma cartilha com trechos das narrativas dos pescadores e pescadoras entrevistados como forma de evidenciar e divulgar a cultura da pesca artesanal em Itapissuma.

Nossa proposta, no entanto, está longe de fazer um estudo da história local como uma estratégia para os alunos conhecerem e memorizarem nomes de antigos prefeitos que deram nome a praças ou ruas, ou seja, reproduzir a memória do poder local e da classe dominante. Estamos aqui tratando de uma história local que cria vínculos com a memória das pessoas comuns, trabalhadoras, com os usos dos lugares de memória que se apresentaram como recurso de sobrevivência para os mais pobres e desvalidos. “A questão da memória impõe-se por ser a base da identidade, e é pela memória que se chega à história local” (BITTENCOURT, 2009, p. 169).

Flávia Caimi (2015) ao analisar os desafios do professor de História, coloca que o mais difícil no fazer docente é criar condições para que os sujeitos possam mobilizar-se intelectualmente. No enfrentamento desse desafio, é necessário conhecer bem os alunos, dominar as técnicas e estratégias do ensinar, assim como o conhecimento histórico. Para tanto, torna-se imprescindível uma compreensão da própria história de vida e das práticas dos membros da sua comunidade, bairro, cidade... Reconhecer-se inserido numa coletividade pela qual deve lutar pelo reconhecimento de suas heranças culturais.

A atividade pedagógica desenvolvida favoreceu um aprendizado ativo que começou na escola e ultrapassou seus muros. As intenções que mobilizaram a realização da mesma foram que os alunos refletissem sobre as questões que emergem a partir da realidade sociocultural, que compreendessem alguns aspectos da história e cultura local, através dos relatos dos pescadores e pescadoras, e que o resultado dessa atividade viesse a contribuir para a divulgação, preservação e valorização do patrimônio cultural e da história local. Caracterizou-se por ser um projeto pedagógico de pesquisa, no qual articulamos a metodologia da educação patrimonial e da história oral. Na primeira etapa (observação,) utilizamos a metodologia de sequência didática para realização de aulas de preparação para as atividades de entrevistas. As demais etapas do projeto foram realizadas fora do espaço escolar. Na realização das entrevistas, visamos estimular o protagonismo dos discentes, que as realizaram de forma autônoma e colaborativa.

Nosso projeto foi realizado no ano de 2017, com alunos de duas turmas de 9º da Escola Municipal João Bento de Paiva, em Itapissuma. O projeto envolveu um total

de 58 alunos, dos quais 42 fizeram a opção de participar da realização das entrevistas, enquanto 16 apenas participaram das aulas de sensibilização. Parte das aulas de História da III unidade foi utilizada para realização da primeira etapa. A sequência didática teve como objetivo apresentar os conceitos de patrimônio cultural e de história oral, bem como os aspectos metodológicos, sensibilizando e preparando os alunos para a participação no projeto.

As entrevistas foram semiestruturadas, contando com um roteiro base elaborado pelos alunos durante as aulas de preparação. No entanto, interferimos o mínimo necessário, deixando que as perguntas expressassem a curiosidade e o interesse dos alunos. Por ser uma entrevista semiestruturada, estimulamos ao máximo que os alunos ficassem à vontade para fazê-las espontaneamente durante o trabalho proposto.

Após a realização das entrevistas e recolhido o material gravado, realizamos a sua transcrição e selecionamos trechos das entrevistas para compor uma cartilha. A cartilha foi o meio que escolhemos para divulgar os resultados da nossa atividade pedagógica. O texto que a compõe foi construído utilizando partes das entrevistas que melhor evidenciam a cultura da pesca artesanal em Itapissuma, expressando os fazeres, saberes e o viver dos pescadores e pescadoras.

Nossa proposta foi produzir uma cartilha direcionada ao grande público, tanto a população local, como todas as pessoas que tiverem interesse de conhecer mais sobre a história e cultura do município de Itapissuma. Cartilha esta com o potencial de ser utilizada para mediar a comunicação entre o professor e seus alunos, numa situação de educação patrimonial. Bem como, também servindo de veículo comunicacional entre os potenciais leitores e nós que vivenciamos uma experiência pedagógica e, a partir dela, produzimos a cartilha.

Produzimos um material com informações que evidenciam não só aspectos da cultura da pesca, mas também históricos e socioambientais. A cartilha apresenta um texto de múltiplas vozes e autoria, sendo os autores os pescadores e pescadoras, alunos e professora.

Estamos na etapa de divulgação da nossa cartilha. Encaminhamos no formato digital para a secretaria de educação do município com a solicitação de ajuda para

divulgação do material, externando nosso desejo de impressão de exemplares para distribuição na comunidade. Viabilizamos, com recursos próprios, alguns exemplares que foram distribuídos para os pescadores que foram entrevistados. Procuramos por meio das redes sociais divulgá-la no formato digital para professores, alunos e pesquisadores. Temos também o anseio que professores e pesquisadores possam utilizá-la nas suas práticas. Assim como também estamos utilizando nas nossas aulas de história e sociologia do ensino fundamental e médio. Como exemplo, nas turmas de 1º ano do ensino médio, utilizamos como um exemplo de fonte histórica e para exemplificar o ofício do historiador no processo de produção do conhecimento histórico, ao mesmo tempo em que estamos promovendo a integração do ensino de história com a educação patrimonial. Assim como nas aulas de sociologia, como um exemplo de estudo sociológico e histórico a partir do patrimônio cultural, práticas e vivências de um grupo social.

Referências:

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2005.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 3ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BOSI, Ecléa. *Memórias e sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

Disponível:<[https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_216\\_.asp](https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp)>. Acessado em: 02 jul.2017.

BRASIL. DECRETO Nº 3.551, DE 4 DE AGOSTO DE 2000. Presidência da República. Disponível em:<<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/279736.pdf>>.

Acessado em: 25set. 2017.

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

CAIMI, Flávia Eloisa O que precisa saber um professor de história? *História & Ensino*, Londrina, v. 21, n. 2, p. 105-124, jul/dez, 2015.

CASTRO, Denise de Freitas [orgs.] [2015?]. *A Pesca Artesanal em Pernambuco: Ações do governo do estado para o desenvolvimento sustentável da pesca artesanal*.

Disponível em:

<[http://www.semas.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=81fb1e5d-a03d-4995-b97f-5ba7e619142e&groupId=709017](http://www.semas.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=81fb1e5d-a03d-4995-b97f-5ba7e619142e&groupId=709017)>. Acesso em: 11 mar. 2018.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999. Disponível em:

<[http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia\\_educacao\\_patrimonial.pdf.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2017.

IPHAN. PORTARIA N 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Disponível em:

<<https://iphanparana.files.wordpress.com/2012/09/portaria-iphan-chancela-da-paisagem-cultural.pdf>>. Acesso em: 24 dez. 2017.

IBGE- Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/itapissuma>. Acesso em 27 de fevereiro de 2017.

FIGUEIREDO, Maria do Socorro Fonseca Vieira. *Contadores de Histórias: Tradição e atualidade*. Recife: UFPE, 2005. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/605>>. Acesso em: 05. nov. 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Orgs) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

PERNAMBUCO, DECRETO Nº 32.488, De 17 de outubro de 2008. Governo do Estado. Disponível em: [http://www.cprh.pe.gov.br/legislacao/decretos/decretos\\_estaduais/39820%3B59270%3B140202%3B0%3B0.asp](http://www.cprh.pe.gov.br/legislacao/decretos/decretos_estaduais/39820%3B59270%3B140202%3B0%3B0.asp). Acesso em: 24 dez. 2017.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva; ALBUQUERQUE, Pedro Arthur Tenório Silveira de; JUSTE, Yasmina Pimental Victor. Na Peleja Pelo Reconhecimento Social: O caso das pescadoras artesanais da Colônia Z-10 de Itapissuma. *Estudos de Sociologia*, [S.l.], v. 2, n. 21, p. 113-142, mar. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235652>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, nº10, 1992, p.200-212.

QUINAMO, Tarcísio dos Santos. *Pesca Artesanal e Meio Ambiente em Áreas de Manguezais no Complexo Estuarino-Costeiro de Itamaracá, Pernambuco: o caso de Itapissuma*. 2006. 221 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/4501>>. Acesso em 05 nov. 2018.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. “*Ah, esse povo do mar!*”: *trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana*. 2002. 135p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Recife, UFPE, 2002.

\_\_\_\_\_. *Embarcações do Encantamento: Trabalho como Arte, Estética e Liberdade na Pesca Artesanal de Suape*, PE. 2007. 300p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280336>>. Acesso em 29 mar. 2017.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. *História oral na sala de aula*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; 2015.

SALVADORI, Maria Ângelo Borges. *História, ensino e patrimônio* [recurso eletrônico]; 2. Ed. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2014.

SOUZA, Crístiele Santos de; SOARES, André Luis Ramos. Educação Patrimonial e História Oral na vila de Santo Amaro: instrumentos de preservação e democratização da Memória e do Patrimônio. *Encontro sobre Patrimônio Cultural*. Itajaí – Santa Catarina, Brasil; 2007. Disponível: <<http://jararaca.ufsm.br/websites/nep/download/TExtos/Ed.%20patrimonial.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

UNESCO. 1989. *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*. Paris, 15 de novembro de 1989. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018